



Psicologia Ciência e Profissão
ISSN: 1414-9893
revista@pol.org.br
Conselho Federal de Psicologia
Brasil

Alberti, Sonia; Martinho, Maria Helena
Sobre o pai da criança atendida na escola e sua função
Psicologia Ciência e Profissão, vol. 25, núm. 3, septiembre, 2005, pp. 398-413
Conselho Federal de Psicologia
Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282021733006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Sobre o Pai da Criança Atendida na Escola e sua Função

On the father of schoolchildren and his function

Sonia Alberti
& Maria Helena
Martinho

Universidade Estadual
do Rio de Janeiro

Artigo





Resumo: O pai da função paterna (conceitualizada por Jacques Lacan) não é o mesmo ao qual educadores fazem apelo quando se queixam das condutas dos pais, de suas ausências ou atuações. No entanto, o fato de haver queixas quanto aos pais não deixa de apontar uma intuição da importância do pai na educação da criança. O texto visa verificar a relação dessa intuição, suas balizas históricas, com as contribuições da clínica psicanalítica, para articulá-la com a época atual e examiná-la à luz da função paterna determinada como conceito, consequência do complexo de Édipo em Freud. Por essa razão, esperamos poder contribuir na intersecção de duas áreas de atuação: a clínica e a escola, o que se justifica também pela nossa própria experiência com as questões lançadas.

Palavras-chave: função paterna, conduta do pai, complexo de Édipo, o pai e o sintoma, família paternalista.

Abstract: The father of the function of the father (conceptualised by Jacques Lacan) is not the father educators talk about, nor drive their demands to, when they complain about the father's behavior, his absences or even acting outs. Nevertheless, their complaints throw our attention to an intuition educators demonstrate about the importance of the father in children's education. Our text aims to verify the relation among this intuition, its historical determination and the clinical contributions from psychoanalysis, to articulate it with the present context and examine it through the contribution of the freudian concept of the Oedipus complex.

For this reason, we hope to rise some elements to enrich the intersection of two areas: the clinic and the school, what is justified by our own practical experience.

Key words: function of the father, father's behavior, Oedipus complex, the father and the symptom, paternalistic family.

A noção de pai, para a teoria psicanalítica, não pode ser reduzida ao “papel do pai” – termo favorito dos professores, pedagogos e psicólogos. Ela não pode ser reduzida às imagens, à fenomenologia ou às condutas familiares e sociais; apresenta-se como um campo conceitual complexo. A paternidade, como dado familiar ligado à pessoa, ao papel e ao *status* do pai, com os ensinamentos de Freud e Lacan, foi distinguida de uma função simbólica da qual esses pais são os representantes ou os suportes.

Castração e Édipo articulam-se, no pensamento psicanalítico, como modos de acesso do sujeito ao seu gozo, ao seu desejo e, portanto, à sua sexualidade (cf. Lacan, 1964). A lei da castração coloca-se, para todo sujeito, como condição de estrutura. Se essa lei tem valor universal, sua verificação e sua invocação dependem também do sujeito, o que significa que ela pode ou não operar em cada um em particular.

O que a teoria psicanalítica desvela refere-se ao fato de que o inconsciente se estrutura

segundo uma lógica que situa o sujeito para além da ordem familiar. Lacan diz:

“O sistema do triângulo edipiano familiar comporta algo de mais radical do que tudo que nos fornece a experiência social da família. (...) Assim é que eu lhes disse que o Pai nunca é apenas um pai, mas, antes, o pai morto, o pai como portador de um significante, significante em segundo grau, que autoriza e fundamenta todo o sistema dos significantes, e que faz com que o primeiro Outro, isto é, o primeiro sujeito a quem o indivíduo falante se dirige, seja, ele mesmo, simbolizado” (Lacan, J., 1957-58, pp. 474).

Discussões sobre as noções como carência paterna, declínio do pai, enfraquecimento do poder familiar e da autoridade do pai no seio da família, desvalorização da imagem social do pai estiveram em voga no período do pós-guerra, a partir de meados do século XX. A idéia de “carência paterna” coloca o pai no banco dos réus: as imagens de pais fracos ou ausentes constituem tal fenomenologia do pai. O termo “carência” significa falta, defeito; provém do latim *carere* (faltar), donde resulta que “pai carente” é o homem considerado “faltoso” em sua paternidade, em seu papel paterno. A expressão “carência paterna” aparece no conjunto de produções dos que se propõem a estudar os efeitos psicológicos e sociais da ausência do pai, ou os efeitos da ausência de algumas de suas características – a de comando, por exemplo – em relação a uma realidade familiar.

Se os pedagogos, frente a essa carência, temem pelo futuro das famílias, os psicólogos, por sua vez, receiam que se realize a perda das identificações sexuadas das crianças. A diminuição da autoridade dos pais no seio das famílias é considerada como causa direta do enfraquecimento da imagem paterna da criança, fenômeno esse que, segundo tais especialistas, acarretaria perturbações psíquicas nas crianças.

Freud e Lacan auxiliam-nos na verificação que não é na presença ou na ausência do homem na família nem, tampouco, nas suas condutas pessoais, ou nas condutas sociais, ou nas condutas legais, que se deve procurar a eficiência da função paterna. Não são nem o papel nem os traços singulares do homem-pai que fundam a paternidade e, sim, a função lógica do pai. Assim, o que o pai transmite ao filho – o real da castração – passa através dos seus significantes, ou melhor, perpassa a maneira como o filho apreende esses significantes que vêm do Outro, e o que o pai transmite de real e de desejo inconsciente transparece nas entrelinhas de sua conduta, que não dá conta de verificá-lo. Para poder estudar a função paterna, não há melhor contexto do que um caso clínico, eis o que utilizamos para introduzir nossa questão.

Paulo, doido-mongolóide, um caso clínico

Paulo, com seis anos de idade, é o primogênito de um casal com três filhos. Depois dele, vem uma menina com três anos e, abaixo desta, uma outra menina de um ano. O pai, um desempregado crônico, homem simplório, de poucas palavras e poucos amigos, ruma pela vida como um barco à deriva, sem metas e objetivos, espera quase nada (da vida), ou melhor, espera apenas a velhice. Enquanto isso, passa os dias tomando cerveja ou uma *branquinha* no boteco. A mãe aparenta marcas de sofrimento e cansaço. Angustitada e deprimida, fala de uma vida sem perspectivas. Morre de pena de si mesma. Ambos se queixam de um menino agitado, com sono intranquilo, com sérias dificuldades de conduta e de aprendizagem. A escola solicitou um atendimento e eles concluem sobre o filho: “Um menino problema, tão diferente das irmãs!” Chegou a ser comparado, por uma pessoa da família, a um *doido-mongolóide*. Certa vez, Paulo chega a sua sessão com um dinheiro nas mãos, dizendo:

Se os pedagogos, frente a essa carência, temem pelo futuro das famílias, os psicólogos, por sua vez, receiam que se realize a perda das identificações sexuadas das crianças.

“Dinheiro é sujo, vou lavar minhas mãos. Se você não lavar as mãos, não jogo. Vai acabar o tempo e você não lava as mãos. Se não lavar as mãos, passa doença. A mão fica cheia de bolinhas vermelhas. Você toma banho? Ah! Então hoje você vai lavar as mãos”.

O significante *dinheiro*, que, no caso, metaforiza a falta dele, retorna insistentemente na fala dos pais. Nas entrevistas, verifica-se que o pai – cronicamente desempregado – foge dos seus compromissos de marido e de pai. Ocultando-se atrás da mulher, porta-se mais como um filho do que como pai. Dinheiro no bolso, talão de cheques, são exclusividades da mulher, que joga um jogo de faz-de-conta-de-trabalhadora, assumindo várias funções ao mesmo tempo: mãe de família, professora, motorista de condução escolar, administradora de botequim e promotora de festas infantis. Mas, na verdade, nada faz a contento. O trabalho não dá certo e o dinheiro não entra. Enquanto isso, ela só faz reclamar, chorar e acumular fracassos e lamentações. Quando se refere ao marido, diz: “Ruim com ele, pior sem ele”. Quando se refere ao dinheiro, diz: “Só quem rouba tem. Nós esticamos daqui, apertamos ali, tiramos de lá”. Esforço? Trabalho? O fato é que ambos, pai e mãe, não saem do mesmo lugar, responsabilizam seus próprios pais, o sistema, a corrupção, por seus insucessos...

O romance familiar desse pequeno paciente desvela que a mãe de Paulo faz-de-conta que é o pai de todos. O pai, por sua vez, faz-de-conta que é o filho que procura emprego, deixando-se sustentar pela mulher e pelo sogro. Enquanto isso, Paulo assume o lugar de enganador. Leva das sessões, escondido, na boca ou nas calças, desenhos, pedacinhos de papel... Ele tem que levar algo. Ele pede mais... e assim interpreta o dito materno: “Só quem rouba tem”. Observa-se aí que Paulo está perfeitamente alienado do discurso do Outro familiar, não sem, no entanto, sustentar uma posição bastante particular, identificada

pelo meio em que se insere, como sendo *maluca, doida e ladra*. Será que seu sintoma visa tentar consertar o que seus pais não conseguem fazer: roubando, pode ter o que eles não conseguem?

Paulo tem sérias dificuldades nos laços familiar e social. Burla normas, regras, tudo e todos que estão a seu redor. Está sempre *dando uma de maluco*. O fato é que isso levantou a hipótese – na família, na escola – de Paulo efetivamente *ser maluco*, razão do encaminhamento da escola, que se preocupava com o caso, em particular, por identificar na conduta do pai um fator patognomônico. Como sabemos, para fazermos um diagnóstico psicanalítico que permita verificar a distinção entre neurose e psicose, e que, no caso, versava sobre a questão: Paulo simplesmente *dá uma de maluco* ou ele realmente é psicótico?, é preciso levar em conta, fundamentalmente, dois fatores na transferência: “a modalidade da relação do sujeito com o Outro” (Quinet, 1991, pp.8-30) e a sua posição frente ao gozo (idem).

Não demorou muito para que Paulo permitisse à analista identificar claramente que estava perfeitamente atravessado pela referência ao gozo fálico, à castração e que sofria as consequências de sua neurose, determinada, justamente, pela referência à castração. Com efeito, chega a uma sessão de análise e começa a falar de pessoas que vão voar de avião. A analista pergunta: quem vai voar? Ele diz, com seus seis anos:

“Meu tio, minha prima e minha vovozinha...”

“Cala a boca vovozinha!”

“Vou fazer um táxi, um carro com três portas: uma para gente grande, média e gente pequena. Uma porta para bêbado e maluco”.

A diferença de tamanho para as três portas de táxi: grande, média e pequena, insere, no tratamento, o questionamento desse sujeito

Mas as aparências enganam; é num para-além da conduta do pai, do papel que ele desempenha como um personagem na vida familiar, é num para-além dessa fenomenologia que o pai exerce a sua função no complexo de Édipo: por seus efeitos no inconsciente, interdita a mãe, fazendo valer a universalidade da castração.

sobre a diferença. Por mais que Paulo aponte a diferença do tamanho da *gente*, a diferença em questão é sexual, Paulo está às voltas com suas questões sobre a castração. A lei da castração exprime que um sujeito, antes mesmo da confrontação com as leis sociais, já se constitui como sexuado, como homem ou mulher, enquanto sujeito da linguagem e do inconsciente. No caso de essa lei funcionar para tal sujeito, o gozo possível, em sua existência, será sempre parcial, não todo, estando excluída qualquer possibilidade de completude no campo do gozo, o que leva esse sujeito do desejo – marcado pela falta – a uma incessante busca pelo reencontro com o objeto perdido. A lei da castração exige que a sexualidade se faça através do Outro, que se desdobra em Outro da linguagem e Outro da lei. Assim, castração e Édipo articulam-se, no pensamento psicanalítico, como modos de acesso do sujeito a um gozo mediatizado pelo falo que, por sua vez, é o objeto de seu desejo e, portanto, identifica um sujeito referido à partilha dos sexos, a uma sexualidade – do lado do homem ou do lado da mulher (Lacan, 1972-73). A lei da castração coloca-se, para todo sujeito neurótico, como condição de estrutura.

Com Paulo não podia ser diferente! Mas sua estória sobre esse *taxi* diz ainda mais, pois, depois de alojar nas três portas a “gente pequena, média e grande”, Paulo conclui: “uma porta para *bêbado* e *maluco*”! O significante *maluco* aparece na cadeia associado a *bêbado*, evocando o pai que bebe a cerveja e a *branquinha*, e não consegue trabalhar. Para Paulo poder associar ambos os significantes, *maluco* e *bêbado*, ou seja, o significante que identifica o filho com o significante que designa o pai, é preciso que tenha havido, para ele, a inscrição do Nome-do-Pai no Outro, permitindo a esse sujeito tanto o acesso à condição para a neurose quanto o acesso à sua inscrição na partilha dos sexos. Se Paulo fosse psicótico, o Nome-do-Pai, como se sabe, ficaria foracluído do

simbólico, abolindo a lei simbólica, implicando a não-travessia do Édipo. Na psicose, uma vez que o sujeito, então, não é submetido à castração simbólica, não há possibilidade de a significação fálica advir.

Na clínica com a psicose, observa-se que, mesmo havendo um pai que cumpre com seus “deveres sociais” e com seu papel na família, não há um pai enquanto significante que cumpre sua função no complexo de Édipo, ou seja, que, antes de tudo, interdite a mãe. A interdição da mãe é o fundamento do complexo de Édipo; é aí que o pai, enquanto significante, se liga à lei primordial da proibição do incesto, encarregando-se de representar essa proibição. Às vezes, tem de manifestá-la de maneira direta, impondo regras, limites; a conduta do pai de família poderia evidenciar-se aí: essa seria a fenomenologia da paternidade que, aparentemente, dá indícios da estrutura do sujeito. Mas as aparências enganam; é num para-além da conduta do pai, do papel que ele desempenha como um personagem na vida familiar, é num para-além dessa fenomenologia que o pai exerce a sua função no complexo de Édipo: por seus efeitos no inconsciente, interdita a mãe, fazendo valer a universalidade da castração.

Enquanto identificado com o significante *maluco*, ou, como diria Ziraldo, o menino maluquinho, Paulo suportava a bebida e o desemprego do pai, as trapalhadas da mãe, a menos valia em relação às irmãs, a queixa de todos. *Maluquinho*, tudo pode. Pode desafiar, cuspir, xingar, bater. O faz-de-conta de maluquinho conseguia enganar a todos. Observa-se, então, que tal significante identificatório, além de estar perfeitamente associado ao significante que designa o pai na estória, é uma forma de Paulo poder experimentar-se na vertente da separação, por mais *gauche*¹ – como diria Carlos Drumond de Andrade – que isso se pratique por ele no momento.

¹ Referência ao “Poema de sete faces” in *Alguma Poesia* (Andrade, 1930, p.3).

Paulo sintetizava a loucura de todos fazendo-de-conta de *tantã*; lembra o comentário de Lacan (1969) na carta a Jenny Aubry, permitindo à analista verificar de que maneira Paulo se inscreve no sintoma do par parental. O pai, que mais parece um morto-vivo, amedrontado, acuado, vive dormindo e bebendo, fugindo e devendo, o pai *bêbado*, incapaz de ganhar dinheiro, cuja versão o menino aponta como sendo *maluco*: “Vou fazer um táxi, um carro com três portas: uma para gente grande, média e gente pequena. Uma para *bêbado maluco*”. Só um *maluco* conseguiria suportar um pai *bêbado*. Esse pai, um pai morto, reduzido a puro significante, não impede que a incidência do Nome-do-Pai deixe um resto: um *bêbado*, *trapaceiro* e *banana*. Tal resto vai apontar para o pai real, um devedor.

Ao retomar a análise freudiana do Homem dos ratos, Lacan diz:

“O pai simbólico desdobra-se entre um duplo imaginário que é o amigo salvador e o seu personagem real de devedor. A imagem do pai enquanto valor simbólico essencial se encontra degradada no real, enquanto o amigo salvador corresponderia ao “mestre moral” (Lacan, 1953a, p.8).

Em uma sessão, emerge o significante *tantã*. A analista, atrasada em relação aos avanços que Paulo pode começar a fazer com o tratamento, diz: “Você gosta de se fazer de *tantã*?”, mas ele completa a frase, dizendo: “de te fazer de *tantã*”, confirmando a hipótese, portanto, de que é capaz de enganar o Outro com suas maluquices, modo que encontrou para poder se esquivar do domínio do Outro, separar-se dele, em função de sua identificação com o significante do Nome-do-Pai.

Em uma sessão bem posterior, Paulo surpreendeu a analista quando lhe disse a seguinte frase: “Doideira, meu pai trabalha no *Bar Tantã*. Lá, só tem *tantã*. Aqui também”.

No decorrer do tratamento, após várias entrevistas com os pais, o pai, aquele desempregado crônico, emprega-se num bar como *barman*, mas é somente nessa sessão com Paulo que o nome do bar aparece: *Bar Tantã*, associado às maluquices, doideiras e mentiras de Paulo: “aqui também só tem *tantã*”.

O fragmento desse caso clínico vem ilustrar que, embora a conduta do pai de Paulo revele um pai *bêbado*, *trapaceiro*, *banana*, o pai opera no sentido de introduzir o desejo para esse seu filho. A função paterna afirma a identificação simbólica de Paulo com seu pai pela via significante, deixando um resto, sustentando, portanto, o menino na neurose, mais especificamente, obsessiva (o que não discutiremos aqui, já que nosso objetivo, no momento, é outro). Para a psicanálise, é porque houve a inscrição do Nome-do-Pai no simbólico que Paulo não é uma criança psicótica, por mais que seu comportamento inicial levasse à idéia, por um lado, do *Paulo-maluco*, *Paulo-doido*, ou mesmo *Doido-mongolóide* e, por outro, do pai ausente, pai *bêbado* e arrasado, que poderia fazer crer que faltava pai para Paulo se estruturar conforme a neurose.

A subversão produzida pela introdução, na cultura, da categoria de inconsciente constitui o ponto de ruptura, o divisor de águas, que impede a equivalência entre o *papel do pai* e a *função do pai*. A função do pai se estrutura segundo uma lógica que a posiciona num para-além do papel social que o pai desempenha.

Há sempre um hiato grande entre o pai e o seu ideal, por melhor que seja o pai, assim como há sempre algo que não responde à demanda do sujeito, demanda que, conforme Lacan o teoriza, é sempre demanda de amor. E é porque há esse hiato que o sujeito pode desejar. Só desejamos o que nos falta - já dizia Sócrates a Agatão, no *Banquete* de Platão². A não resposta à demanda de amor dá margem

“O pai simbólico desdobra-se entre um duplo imaginário que é o amigo salvador e o seu personagem real de devedor. A imagem do pai enquanto valor simbólico essencial se encontra degradada no real, enquanto o amigo salvador corresponderia ao “mestre moral”

Lacan

² “Desejamos o que nos falta; ou ainda, quando isso não falta (b), não o desejamos” - cf. 2a. parte, *Preparação Dialética, A) Sócrates e Agatão (Platão, Le Banquet: 199, 200 [731])*.

ao surgimento do desejo. Este é fruto da função paterna, que se teoriza como consequência da inscrição do Nome-do-Pai no simbólico do sujeito, inscrevendo a Lei do desejo a metaforizar o próprio desejo da mãe, e distingue-se do que comumente conhecemos sob o signo da *conduta do pai* ou ainda, do *papel do pai*, mesmo se este último aponta para o saber do senso comum da importância do pai para uma criança.

A psicanálise, por definição - pois volta-se para a singularidade de cada sujeito - denuncia todas as tentativas de pensarmos parâmetros de conduta enunciados *a priori* e universalmente. Ela alerta para o fato de que essas tentativas são normatizantes, quando não adaptativas - com o que abafam, justamente, o desejo que singulariza.

Por outro lado, é na intersecção com o campo da educação que melhor se especificam as diferenças entre o papel do pai e a função paterna. Antes de mais nada, isso pode acontecer somente porque os estudiosos da educação se preocupam em verificar o papel do pai, até mesmo historicamente. É nessa contribuição que nos inspiramos aqui para introduzirmos nossa questão. Fá-lo-emos com o auxílio da construção do conceito de paternidade conforme a história de nossa cultura no contexto da educação, a partir de um resumo da pesquisa de Maria da Glória De Rosa (2000), que se mostrou bastante útil.

Antes do papel social do pai, o pai soberano: um resumo rápido

Inicialmente, o imperador romano (*pater patriae*), os senadores (*patris*) e os nobres (*patriai*), encarnavam a paternidade instauradora do laço social. Ela era fundadora, essencialmente não pelo sangue, mas pela palavra *paternal* (*sermo patrius*), que faz do pai o mestre a se dirigir a seus filhos - os súditos - sustentado na verdade do sofrimento desses mesmos filhos à procura de leis que

lhes garantam a existência. Eis porque instaura o laço social: o pai é o próprio sustento da lei.

Dessa primeira acepção de pai, enquanto soberano, deduz-se a paternidade familiar. Por ser o soberano político e religioso, o pai é o chefe. Ao desposar uma mulher e fazê-la mãe, o soberano se faz pai de tal criança, se autoriza pai reconhecendo-a como filho. Na *Odisséia*, Penélope e Telêmaco aguardam fielmente Ulisses, com saudade e respeito. É por assim aguardarem Ulisses que tanto a esposa quanto o filho fazem valer a lei do pai, apesar de todas as dificuldades. Assim, também Sócrates diz:

“És tão sábio que não percebes que mais do que a mãe, o pai e todos ascendentes é respeitável, a Pátria é mais venerável, mais santa, mais estimada dos deuses e dos homens sensatos?” (*apud* De Rosa, 2000, p. 41).

Podemos observar, através da narrativa, que esses pais-soberanos retratavam heróis que viveram no início da história, espécie de semideuses, a articularem virtudes fundamentais como: valentia, prudência, lealdade, hospitalidade e que, com Homero, sofreram uma tendência a serem transformados em seres como nós, mas sempre levando em conta que a versão maior do pai é a de pátria, e que o pai maior é o *pater patriae*, o imperador, pois o pai como soberano é o sustentáculo do discurso ético e encarna o ideal que o discípulo deverá seguir na sua trajetória de vida porque assim também poderá vir a ocupar esse lugar um dia.

A pólis caracterizava-se por um entrelaçamento nas esferas da ética e da política, e a universalidade situava-se no nível da idealidade da Ordem e do Bem, da qual se deduzia o modelo de uma pólis ideal. Já em Aristóteles, há uma articulação entre ética e política em um mesmo saber prático. A pólis não é ideal, mas é a finalidade do Bem, que unifica ética e política, segundo a razão do que é melhor e justo para o indivíduo: “formação de caráter,

dinâmica dos hábitos - ainda mais, ação em vista dos hábitos, do adestramento, da educação” (Lacan, 1959-60, pp.20). Isso também passa a influenciar a própria ética do legislador. No livro V, dedicado à educação dos jovens, Aristóteles afirma:

“Que o legislador deve ocupar-se antes de tudo com a educação dos jovens, ninguém o contestará, pois nos Estados onde ela é negligenciada, as constituições sofrem prejuízo. Como o objetivo do Estado todo é um só, está claro que a educação deve ser uma só, a mesma para todos, e o cuidado dela é comum, não particular, como nos dias atuais em que cada um cuida dos seus filhos, dando-lhes em particular a instrução específica que lhe pareça boa” (apud De Rosa, 2000, p. 50, grifo nosso).

A lógica do *pater patriae* sustenta a educação do cidadão, pois articula as virtudes ao mestre mais poderoso, mais virtuoso e que melhor pode sustentá-las.

Aos poucos, com o decorrer dos séculos, essa função soberana da Pólis e do legislador passa a figurar nos textos como uma preocupação agora do pai, qualquer pai.

Algo se modifica no legado da função paterna quando se lê a obra de Cícero, pensador romano (106-43a.C.), que se dirige a seu filho Marcus in *De Officiis* (*Dos Deveres*). Cícero traça um programa de estudos para seu filho e um ideal de vida que gostaria de vê-lo realizar:

“Há um ano, querido filho Marcus, você vem recebendo lições em Atenas [...] não considero tudo isso suficiente à sua educação. Por isso, aconselho-o a fazer o mesmo que fiz para minha utilidade pessoal [...]. Por esta razão, meu filho, exorto-o a ler com a máxima atenção não somente meus discursos forenses, mas meus trabalhos filosóficos” (apud De Rosa, 2000, p.63).

“Tomando a decisão de, no momento, escrever um ensaio, ao qual se seguirão depois outros trabalhos dirigidos à sua instrução, acreditei conveniente começar por um tema, a meu ver mais adequado à sua idade e à minha qualidade de pai [...], os deveres. Seja um simples cidadão particular, homem político orador...” (idem, p.68) e seguem os preceitos paternos.

Podemos observar que, do lugar de mestre, Cícero pode dizer o Bem porque ele sabe, como mestre, o que é o Bem. A ética do pai é mestria para o filho-discípulo.

O fundamento do discurso que nos foi deixado como legado da Antiguidade greco-romana baseia-se no seguinte postulado: o Bem torna o sujeito feliz e o Mal, infeliz. Toda discussão enfoca a natureza do que é felicidade e infelicidade. No discurso político, o chefe político é aquele que não apenas designa o Bem a cumprir, mas aquele que, devido à arte da retórica, sabe persuadir os cidadãos dos meios para realizar esse Bem, em nome da felicidade cívica deles.

Mas é definitivamente com o advento do Cristianismo que o lugar do pai – já não mais o soberano, mas Deus – se articula com o papel social da educação. Em seu texto *O Pedagogo*, Clemente de Alexandria (160-220 AD), um dos primeiros padres da igreja, surge, no que pode ser considerado o primeiro tratado de educação cristã, como um pedagogo com disposições análogas às de um pai – título, aliás, de um dos capítulos de seu livro. Clemente mostra, em sua obra, que se deve seguir os ensinamentos de Deus. Serve-se, abundantemente, de excertos da Sagrada Escritura a fim de comprovar a tese de que Deus é o Pedagogo do homem, o que, de forma alguma, O exime do lugar de Pai. Senão vejamos:

“[...] somos todos chamados filhos pela Escritura e, além do mais, assim que nos

“Que o legislador deve ocupar-se antes de tudo com a educação dos jovens, ninguém o contestará, pois nos Estados onde ela é negligenciada, as constituições sofrem prejuízo. Como o objetivo do Estado todo é um só, está claro que a educação deve ser uma só, a mesma para todos, e o cuidado dela é comum, não particular, como nos dias atuais em que cada um cuida dos seus filhos, dando-lhes em particular a instrução específica que lhe pareça boa”

Com o século XVII, portanto, surge o papel social da mãe como educadora, baseado, é preciso dizer, numa idéia bastante revolucionária para a época, de que a Virtude (sic), afinal das contas, é própria tanto de homens quanto de mulheres.

propomos a seguir Cristo, recebemos o nome alegórico de ‘filhinhos’, e só o Pai está no filho [...]. O Pedagogo é, pois, naturalmente, o Logos, porque nos conduz, a nós, seus filhos, para a salvação” (apud De Rosa, 2000, p.89).

O livro de De Rosa leva à idéia de que é com o Cristianismo, então, que, na cultura ocidental, todo homem pode ser pai e assumir esse papel social de educador. Nos séculos XIV, XV e XVI, a Renascença se acrescenta a essa mudança, propondo uma concepção de homem e mundo baseada na personalidade livre. Essa nova maneira de encarar a vida provocou um tipo de educação chamada humanista, em oposição à formação teológica a que ninguém teria acesso fora dos seminários. Tal como Clemente de Alexandria, três séculos antes, François Rabelais (1494-1553) faz Gargântua – sua personagem literária – escrever uma carta ao filho, estudante em Paris, criticando os erros da educação de seu tempo. A carta é, em realidade, o plano de estudos para o filho, Pantagruel. É um hino humanista ao saber, preconizando a universalidade dos conhecimentos. “E quando perceber que conhece todo o saber ensinado, retorne para mim a fim de que o veja e lhe dê minha bênção antes de morrer” (De Rosa, 2000, p.125).

Até aqui, a referência histórica sempre atribuiu ao pai a educação e a preocupação com a formação dos filhos. Somente no século XVII, com François Fénelon (1651-1715), tudo isso vai mudar radicalmente. Em seu *Traité de l’Éducation des Filles* (1687), Fénelon observa que o mal que os homens causam tem sua origem na má educação que recebem das **mães** e na paixão inspirada pelas amantes. Para o autor, a má educação das mulheres causa maior mal que a dos homens, daí a maior importância na educação das jovens. “Eis aí, pois, a ocupação da mulher de tanta importância para a sociedade como a do homem, posto que tem a seu cargo o governo e a direção da casa, a felicidade e o bem-

estar do marido e a boa educação dos filhos. [...] E, sem falar do bem e do mal que podem causar ao público, são a metade do gênero humano, redimidas com o sangue de Jesus Cristo e destinadas à vida eterna” (apud De Rosa, 2000, p.186).

Com o século XVII, portanto, surge o papel social da mãe como educadora, baseado, é preciso dizer, numa idéia bastante revolucionária para a época, de que a Virtude (sic), afinal das contas, é própria tanto de homens quanto de mulheres.

Um século depois, surge a obra do escritor que mais influenciou a Pedagogia contemporânea: Jean Jacques Rousseau. Um duro golpe para o poder do pai, o que se justifica até mesmo pela própria estrutura clínica de seu autor (cf. Soler, 2001). Em seu *Discours sur l’Origine de l’Inégalité*, Rousseau observa que não é a sociedade que deriva do poder do pai, mas o que ocorre, em verdade, é o contrário: é da sociedade que o poder paterno retira sua principal força.

O estudo realizado por Michel Foucault em *Vigiar e Punir* (1975) é certamente a direção que podemos tomar para pensar o que aconteceu a partir daí: com o nascimento da família contemporânea, sustentada na maneira como a sociedade define o papel do pai através da destituição do poder soberano, toda uma série de condutas passaram a ser mapeadas para se distinguir um pai que exerce bem o seu papel de um pai que não o exerce. Apesar de não haver espaço, aqui, para estudarmos todos os meandros dessa transformação, não deixamos de observar, com Lacan (1960-61), que o título de Claudel (1948) – *O Pai Humilhado* – melhor expressaria as transformações pelas quais passou. Mas o pai, como função, se é diferente do papel do pai, como pensá-lo?

A função paterna

Do pai sedutor ao pai da horda primitiva, passando pelo pai da fantasia em “Uma

Criança é Espancada” (1919), Freud não cessou de afirmar a preeminência do pai na constituição da realidade psíquica.

Ao introduzir o significante Nome-do-Pai, Lacan retomou o estandarte e o enriqueceu. Isso não o impediu, em 1957, de constatar que a interrogação: o que é o pai? “está colocada no centro da experiência analítica como eternamente não-resolvida, pelo menos para nós, analistas” (Lacan, J., 1956-57, p. 209). Na primeira parte do ensino de Lacan, temos a seguinte resposta: o pai é seu nome. O Nome-do-Pai apazigua as coisas, nomeia o desejo obscuro da mãe e humaniza, dessa forma, o sujeito. Esse pai é, portanto, o pai do desejo, pois o Nome-do-Pai dialetiza e dá um sentido ao desejo do Outro primordial, a mãe, na medida em que a barra – esse é o conceito lacaniano do Outro barrado incidindo sobre a família estruturada conforme o Édipo.

Para fazer a distinção entre função paterna e imagem do pai na família contemporânea, Lacan aprofundou a leitura do Édipo freudiano, instituiu definitivamente o Édipo como única via de estruturação do desejo e disso tirou consequências, longe de estarem exauridas.

Se distinguimos a função paterna e as exigências do matrimônio, já não basta que um homem cumpra com tais exigências para que tenha direito a ser reconhecido como pai. No contexto da família contemporânea, o próprio exercício da masculinidade como exigência do matrimônio não inclui, de forma alguma necessária, o desejo sexual. Este pode estar *totalmente* contrabandeado para outro contexto. Bem diferente é o caso quando se trata da função paterna, como veremos.

Tanto a função paterna quanto a versão da família contemporânea foram fundadas na tradição judaico-cristã. Mas, no que tange à versão do pai na família hoje, o próprio desejo do pai pode permanecer completamente *desconhecido*. Não é necessário, conceitualmente, que o pai da família

paternalista deseje – haja vista a quantidade de relatos sobre a perfeita compatibilidade da assunção do lugar do pai nesse tipo de família concomitante ao exercício da masculinidade longe de casa, talvez mesmo numa casa secundária, recalcada e escondida. Vinculada aos preceitos religiosos, a sustentação desse pai se dá pela própria censura do desejo, justificada via determinação de que todos os homens já nascem em falta, conforme o pecado original. O pai é aqui, antes de tudo, ele próprio um sujeito, cujo objeto de desejo é escondido e/ou recalcado. Seu filho busca um lugar no interesse dele.

Para Gilberto Freyre (cf. Corrêa, 1993), a família brasileira é patriarcal porque esse seria, historicamente, o modelo da classe dominante no Brasil. Em virtude dessa dominação, toda a sociedade seguiria tal modelo, desde sempre. Antonio Cândido (cf. Corrêa, 1993) leva a tese de Gilberto Freyre ao extremo de tentar demonstrar que, se uma família não se constitui dessa maneira paternalista, isso ocorre somente porque ela descende de um braço da massa anônima, dos *socialmente degradados*, cujo fracasso se inscreveria *geneticamente* na linhagem, produzindo grupos à margem da família patriarcal brasileira.

Assim, seria perfeitamente possível instituir o lugar do pai a partir de uma simples verificação da composição genética de suas células. Mas será que o resultado de tal exame identifica a função paterna? O geneticismo, como Lacan pode designar o contexto da redução biológica, “encontra, em seu conformismo, as garantias da conformidade” (Lacan, 1958, p.604), e não se dá conta de que até mesmo Freud já fora bem explícito, no que tange ao conceito de pulsão, limite entre o psíquico e um somático que visa o corpo, desde sempre, como psiquicamente mapeado. O homem não é um ser biológico, mesmo se nasce com um organismo assim determinado. “Como nos confirmou certa feita o jurista mineiro Rodrigo da Cunha Pereira, todo pai o é por *adoção*:

todo pai verdadeiro é um pai que assume adotar seu filho, *independentemente de ser ou não o pai biológico*. Assim, não se pode nunca atribuir a função paterna à mera paternidade genética, nem mesmo quando esta é atestada pelos mais sofisticados exames de laboratório” (Alberti, 2004, p.18).

Entre família e sintoma

No texto de Lacan, de 1938, sobre a família, encontramos o ponto de partida de uma teoria na qual o sintoma é um laço que constitui a família conjugal. Esse raciocínio tornar-se-ia mais complexo com o correr dos anos de ensino para chegar à afirmação que o pai é um sintoma que, longe de ser entendido como sinal de doença, tem, na psicanálise, a fundamental função de amarração dos três registros que constituem o psiquismo: o real, o simbólico e o imaginário. O aprofundamento de um caso freudiano deu a Lacan o norte para desenvolver sua hipótese.

Em *O Mito Individual do Neurótico*, Lacan (1953a) mostra o comportamento do sujeito neurótico frente ao objeto de seu desejo, a partir do caso do “Homem dos ratos”, paradigmático para verificar o cerne das versões normativas do pai no complexo de Édipo.

Lacan sublinha que o pai do Homem dos ratos está dividido entre seu amor por uma mulher pobre e seu interesse por uma mulher rica. Esse pai recorrera a um amigo para pedir-lhe dinheiro emprestado e nunca o reembolsara. Morreu sem devolver o dinheiro e ninguém ficou sabendo quem era esse amigo e como o dinheiro poderia ser reembolsado. Lacan conclui, com Freud: o Homem dos ratos herdou a dívida do pai. E foi por isso que tentava fazer consistir uma dívida impagável, seu sintoma inicial³, e que poderíamos resumir como “o delírio com o capitão cruel e a moça dos correios”.

A herança da dívida impagável tinha dois determinantes fundamentais: a dívida do pai

em não casar com a mulher pobre – que o pai teria amado – para casar com a mãe do Homem dos ratos, que era rica, e a dívida com o amigo. Endividado “por tabela” – por herdar essa dívida – o Homem dos ratos não podia devolver à dama do correio a soma que lhe devia, tampouco voltar a encontrar-se com a empregada da pousada a quem desejava, nem casar com a prima rica da família da mãe. No dinheiro e no amor, nada funcionava. Aliás, era a própria mãe que se comprazia em recordar sempre o mito familiar segundo o qual o pai teria renunciado a seu amor pela mulher pobre para casar-se, por interesse, com ela. De que interesse se trata aqui, senão o de manter distante o desejo?

Como sabemos, a neurose obsessiva se caracteriza pela incessante impossibilidade de desejar. O sujeito se mantém na vertente do horror de que o Outro goze dele e seu desejo se vê interditado de funcionar.

O mito familiar do Homem dos ratos – de que o pai tinha uma dívida para com a mulher e para com seu amigo – convinha bem à mãe e ao filho no que tange ao gozo, mas mantinha distante o desejo. Além disso, permitia manter a mãe fora da posição de uma mulher que teria orientado o desejo do homem que é seu pai (e, portanto, o próprio desejo do Homem dos ratos) e eximia o filho de assumir, efetivamente, a impossibilidade de ter tudo. Não podemos deixar de concluir que, malgrado isso, o Homem dos ratos sustentava a capacidade de gozar de uma mulher – a mulher pobre – mesmo se não pudesse desejá-la, o que novamente servia à mãe, que queria que ele se casasse com a mulher rica para que pudesse ainda gozar de seu filho, a ela ligado.

Vinte e oito anos depois, na segunda parte de seu ensino, Lacan diz que o que outorga a um homem o estatuto de pai é que situe a mãe de seus filhos no lugar de uma mulher a causar seu desejo⁴. À questão sobre “o que é um pai?”, acrescenta a questão “o que é uma

³ O Homem dos ratos devia uma pequena quantia em dinheiro a uma atendente dos correios, mas via-se na impossibilidade de pagar essa quantia porque uma idéia obsessiva provocava achar que era a outra pessoa que ele devia. A origem dessa idéia obsessiva fora uma informação do capitão ao qual estava subordinado, capitão esse que contava histórias terríveis sobre torturas no exército.

⁴ “Um pai só tem direito ao respeito, senão ao amor, se o dito amor, o dito respeito, estiver perversamente orientado, isto é, feito de uma mulher, objeto pequeno a que causa seu desejo, mas o que essa mulher em pequeno a-colhe não tem nada a ver na questão. Do que ela se ocupa são outros objetos pequenos a, que são as crianças junto a quem o pai então intervém, excepcionalmente, para manter, na repressão, a versão que lhe é própria de sua pai-versão. Única garantia de sua função de pai, que é a função, a função de sintoma” (Lacan, J., 1974-75, lição de 21/01/75, inédito).

mulher?”, o que leva Lacan a introduzir um novo norteador que é, poderíamos dizer, um termo-equívoco: a *père-version*, difícil de ser traduzida. Trata-se de um equívoco possível em língua francesa, que surge do significante *perversão*, mas designa a *versão do pai*. A relação teórica entre a perversão e a versão do pai é que tanto uma quanto a outra implicam especialmente a sustentação do falo. Já em 1927, Freud *definira* a perversão a partir da crença no falo do Outro, e o pai é, desde sempre, em psicanálise, o portador do falo como marca da diferença que dialetiza a relação da mãe com o filho, introduzindo a castração deles. Assim, a versão do pai alavanca a própria transmissão da diferença e da dialetização. Em 1974-75, então, ao reler essa construção freudiana, Lacan pôde dizer que o pai é aquele que não recua diante do objeto de sua *père-version*. O pai assim definido não é quem atende aos filhos; é quem atende à mãe. Isso reduplica, inclusive, a função da diferença da qual o pai é portador, introduzindo uma separação entre mãe e mulher. Várias serão as vicissitudes dessa contribuição de Lacan. Por exemplo, a partir dela, Bernard Nominé pode escrever a seguinte frase: “é preferível que uma criança tenha uma mãe suficientemente mulher do que uma mãe suficientemente boa” (Nominé, B., 1997, p.5). Por que? Porque uma mãe suficientemente mulher pode sustentar o interesse do pai, mesmo que isso só funcione pelo tempo que durou a concepção da criança.

As premissas para tais observações já se encontram no texto de Lacan, de 1953a. Ao reler o caso de Freud, Lacan percebera que o Homem dos ratos deu uma forma discursiva para a transmissão da castração do pai e, por fim, com seu sintoma, conseguiu articular a dívida, tanto de seu pai quanto a sua. Podemos observar, a partir disso, que, já em 1953a, Lacan modifica a prevalência do sintoma associando-o à função paterna, porque relê Freud. Associar a função paterna ao sintoma – compreendido como amarração dos três registros na neurose

– introduz uma outra questão de igual importância para nossa pesquisa: a da não-reciprocidade.

A função do pai e o sintoma: a sustentação da diferença

Continuemos a contrapor os dois momentos, acima assinalados, do ensino de Lacan. No texto sobre a família, de 1938, a relação entre os pais aponta uma reciprocidade possível, um faz do outro seu sintoma.

A razão de Lacan insistir sobre a reciprocidade no início de seu ensino é, a nosso ver, a seguinte: na primeira metade do século XX, inúmeras teorias médico-pedagógicas sustentavam uma ausência de simetria entre médico e paciente, entre homem e mulher, entre pai e mãe, entre professor e aluno... – e a série é bastante longa – porque havia uma idéia segundo a qual o paciente, a mulher, a mãe, o aluno etc., eram, na realidade, objetos sobre os quais incidiam os atos e determinações dos médicos, dos homens, dos pais, dos professores e de todos aqueles que poderíamos identificar como S1, mestres no discurso do mestre. Bastante extemporânea já na época – haja vista a contribuição de Fénelon e a de Rousseau, por exemplo – essa forma de pensar tentava ainda recuperar a articulação de um discurso cujas bases foram bombardeadas desde o século XVIII, em particular, com a revolução burguesa. É frente a isso que Lacan introduz a reciprocidade, pois já não era assim há muito tempo, ou seja, pacientes, mulheres, mães, alunos etc., não eram meros objetos a sofrerem atos e determinações. O século XX foi inaugurado com a institucionalização de grandes mudanças discursivas que começavam a refletir-se em inúmeros campos. A relação médico-paciente, com Freud, por exemplo, já não era mais a relação em que um médico, sabedor de todas as coisas, impingia a seu paciente tudo o que este deveria seguir. Ao contrário, Freud passou a ouvir seus pacientes de uma nova forma,

instituindo-os no lugar de sujeitos. É a partir daí que surgia a possibilidade de encontrar, nos próprios pacientes, um sujeito tão sujeito quanto o médico se considerava sujeito. Ainda a primeira versão de *O Seminário, Livro 8, A Transferência* (1960-61), de Lacan, inicia com a retomada da intersubjetividade, mas logo Lacan pôde observar seu engano: a relação realmente não é simétrica, recíproca, nem mesmo intersubjetiva. Na verdade, o psicanalista não é sujeito coisa alguma, só há um sujeito na relação transferencial, e este não está do lado do psicanalista e, sim, do lado do paciente! O sujeito em questão, na psicanálise, é o paciente, não o psicanalista! Este último é mero objeto a causar o trabalho de elaboração do sujeito, o analisando. Quando, finalmente, em 1969-70, Lacan propõe o matema do discurso do psicanalista, ele definitivamente inscreve o analista no lugar de *objeto* e o analisando no lugar de *sujeito*. Com isso, os próprios conceitos de objeto e de sujeito foram afinados, o objeto é o que *causa* o desejo e o sujeito é aquele que, falando, surge d'isso.

Esse mesmo modelo será, então, retomado nas relações familiares, na segunda parte do ensino de Lacan. Podemos observar a mudança ao longo dos anos, a partir de algumas referências, e descreveremos duas delas. No seu texto a J. Aubry, em 1969, Lacan introduz uma nuance que vale aprofundar: Qual foi, então, a verdade do par familiar? A verdade do par familiar é que “não há relação sexual”⁵, certamente há o sintoma e há filhos. Então, podemos apreender que o encontro sexual não se escreve como encontro intersubjetivo, não há complementaridade. Como a criança se arranja com essa verdade da “não relação sexual?” Ela constrói um romance, um romance familiar (a idéia, aliás, é de Freud, que, em 1909a, escreve um artigo no qual descreve, via romance familiar, as tentativas que conheceu na clínica de colmatar justamente o impossível da relação sexual a partir das fantasias de cada sujeito). Lacan

aproxima seu texto do texto de Freud e trabalha o romance familiar como um mito individual. Um mito é um modo de organizar um discurso para tentar suprir uma verdade impossível de transmitir.

É sobretudo a questão da reciprocidade entre pai e mãe que mudará ao longo do ensino de Lacan, de forma que, em 1974-75, no “Seminário RSI”, a teoria do parceiro como sintoma já não admite nenhuma simetria. Nesse momento, a mulher é *causa* de desejo do homem e, enquanto tal, é o homem que faz de uma mulher seu sintoma.

No “Seminário RSI”, trata-se do pai, que só tem direito ao respeito e ao amor se ele se atreveu a pôr em jogo seu desejo *perverso* no encontro com sua mulher. O *pai* só é a consequência da orientação do desejo de um homem por uma mulher.

A nuance da diferença do que é a mãe e do que é o pai, a partir daí, é fundamental para o trabalho do psicanalista numa escola. Ela permite verificar, no discurso da própria criança, a operacionalidade da função do pai que, conforme o texto de Lacan a J. Aubry, de 1969, promoveria uma possibilidade de sintomatizar-se. Bem diferente seria no caso em que a função paterna não tivesse operado; a criança aí figuraria como simples objeto na fantasia da mãe. E mais: já não se trata aqui, de forma alguma, do papel do pai como educador, nem mesmo como modelo de conduta segundo os preceitos sociais do momento, mas de um pai que tem por função primeira dialetizar a relação com a mãe.

Além dessa contribuição, no final do seu ensino, em 1974-75, Lacan já não pensa o pai enquanto representante simbólico do desejo da mãe, porque já verificara, ao longo dos anos, que, em verdade, o pai sempre é insuficiente. Mas isso não impede que a versão do pai assegure a divisão materna, quer dizer, encarregue-se da castração da mãe. No trio

⁵ Expressão utilizada por Lacan, que provocou certa comoção na época, para designar o fato de que, mesmo na relação sexual propriamente dita, não há qualquer complementaridade, ou seja, o que um parceiro sexual representa para o outro nada tem a ver com o outro enquanto sujeito que, na sua fantasia, identifica o parceiro sexual como objeto de sua própria trama. Disso não se tem consciência no encontro sexual, pois sempre se vela esse fato com a própria fantasia.

do Édipo, é a mãe dividida que vincula os três protagonistas: mãe, filho, falo. A divisão entre a mãe e a mulher vem desenhar um buraco: é o buraco do saber humano. Ele é a consequência de que não há a mulher nem a mãe toda: “A Mulher não existe”. A Mulher constitui o buraco do simbólico, furado para cada um. Isso é estrutural. Certamente, o buraco, em si mesmo, não basta para enlaçar a estrutura da família. Faz falta que um homem, o pai, se encarregue desse buraco, donde a função do pai é a de converter esse buraco no simbólico, em causa de desejo, colocando uma mulher no lugar de seu desejo, situando o desejo dessa mãe / mulher para o filho. Essa é a nova versão de Lacan da metáfora paterna; com ela, vemos que o pai se encarrega do buraco, o protege, o rodeia, o marca com a divisão entre a mulher e a mãe.

O núcleo da estrutura familiar poderia, então, ser pensado assim: a mãe é castrada, o que significa que, imaginariamente, à mãe falta o pênis e também que a mãe se divide em duas – mãe / mulher. Ao aceitar o lugar de mulher que orienta o desejo do pai, uma mulher se defronta com a própria castração. Então, o núcleo da estrutura da família edípica é o objeto a: verdadeiro produto da castração de ambos os sexos.

Na nota a J. Aubry, Lacan (1969:5) diz: “A função de resíduo sustenta e mantém a família conjugal (...) sublinha o irreduzível de uma transmissão (...) que implica a relação com um desejo que não seja anônimo”. O pai, como função, é fazer valer o objeto a como perdido.

Até agora, vimos a estrutura da família edípica, que sustenta o fato de que “não há relação sexual”. Ninguém pode encontrar seu complemento, seu verdadeiro parceiro. O sintoma é uma escritura que trata de contornar essa impossibilidade.

A estrutura do discurso, segundo Lacan, tampouco é intersubjetiva. O que o discurso

permite ao sujeito é intercambiar sua vontade de gozar por uma vontade de dizer e significar. Daí resulta a eficácia do sintoma, cuja função é intercambiar um gozo proibido por uma metáfora que se apresenta como um enigma a decifrar. Desde Freud, o sintoma tem um sentido e interpreta-se a partir dos primeiros encontros com a realidade sexual, encontros quase sempre auto-eróticos. Não se trata de um encontro com o parceiro, mas com o gozo próprio do sujeito.

Mais uma vez, aqui, é importante a referência à educação. Já não escapava a Freud, no início da psicanálise, a importância da função da curiosidade na articulação com a sexualidade para indicar teoricamente a via da aprendizagem. Não há aprendizagem sem que nela esteja envolvido o gozo da criança, o endereçamento ao Outro e a possível articulação com o saber. Se há um possível, aliás, este sempre se articula com o saber, o resto é impossível de dizer...

Para concluir

Existe, como se sabe, uma leitura lacaniana segundo a qual o pai é o sintoma. O pai como função encarrega-se do furo da impossibilidade de tudo simbolizar, ou seja, do núcleo da estrutura da família edípica. Via função paterna, o impossível a simbolizar é convertido no lugar da causa de seu desejo. Essa nova versão da metáfora paterna – converter o buraco do simbólico, a causa de desejo – não é somente tapar o buraco com uma boa palavra: o Nome-do-Pai não vale se não for lastrado pela causa de seu desejo.

O pai orienta o Édipo do sujeito porque, para ele, a mãe está no lugar de causa do desejo. O homem sempre escolhe uma mulher por um traço. Para que uma mulher, a partir do traço, entre no lugar de causa de desejo, é preciso que ela opere a dissociação - j / objeto a, fazendo aparecer a castração.

“A função de resíduo sustenta e mantém a família conjugal (...) sublinha o irreduzível de uma transmissão (...) que implica a relação com um desejo que não seja anônimo”. O pai, como função, é fazer valer o objeto a como perdido.

Dizer que o Nome-do-Pai é um sintoma é dizer que acreditamos no significante do Nome-do-Pai, tal qual acreditamos no sintoma, como uma verdade assegurada pela fantasia neurótica. No fim de seu ensino, Lacan considera que o sintoma desempenha um papel importante no nó dos três registros que estruturam a realidade psíquica do sujeito. Lacan outorga ao sintoma a função que imputava ao Nome-do-Pai. Por isso, disse: “O Nome-do-Pai é um sintoma”.

O que se espera do sintoma, desde Freud, é que dê um sentido a acontecimentos insensatos, permitindo ao sujeito, desde sempre alienado ao Outro, sustentar uma separação. Além disso, a função do pai é a de dar sentido aos significantes da vida familiar. Sentido não é o mesmo que significação. Na primeira versão da metáfora paterna, o Nome-do-Pai dá a significação do enigma do desejo materno. Na última versão da metáfora paterna – o pai como sintoma – o pai é quem impulsiona um sentido, uma direção. Por isso, Lacan destaca essa função de orientação do pai. Versão significa orientação. Tal orientação equivale, na topologia, ao enlaçamento dos três círculos do nó borromeano: é o quarto círculo. A versão do pai é o que orienta a estrutura da família edípica.

Atuar como operador lógico significa que o que lhe outorga o direito ao respeito e ao amor é que faça da mãe uma mulher que causa seu desejo (Lacan, J., 1974-75, lição de 21/01/75, inédito.) Certamente, é preciso que a mãe aceite representar o objeto de seu desejo. O operador lógico é que o pai é o

resultado de uma orientação, o pai é uma versão:

O pai deslocará a criança de seu papel imaginário, no qual representa o falo da mãe. A criança terá de confrontar-se com o pai enquanto este é quem goza da mãe. É disso que se trata quando dizemos que o pai é o agente da castração. O pai é o operador lógico que faz passar o falo imaginário ao estatuto de simbólico, transmitido de pai para filho, sustentando este no véu entre alienação e separação (cf. Lacan, 1963-64, p.199). O Homem Mascarado da peça de Wedekind já o dizia: “O senhor seu pai procura, a esta hora, consolo nos braços robustos de sua mãe. Eu, ao contrário, lhe abro o mundo. Você perdeu momentaneamente o equilíbrio devido a seu estado miserável. Um bom jantar quente na barriga e você vai achar graça desse seu estado [...]”. Eu o conduzirei entre os homens. Eu o farei alargar seu horizonte, fabulosamente. Eu o tornarei familiar a todas as coisas interessantes, sem exceção” (*apud* Alberti, 1999, p.192). O convite que o Homem Mascarado faz a Melchior, e que não deixa de apontar a versão do pai que pode ser retomada pela escola, direcionando sua função para a criança, permite desidentificar o pai imaginário – que está nos braços robustos da mulher – e o pai simbólico e pode ser associado à letra do samba de Paulo Vanzolini, convidando o aluno a “levantar, sacudir a poeira, dar a volta por cima”, encarnando, como nesse texto da literatura, “o que resta da função paterna após o trabalho entre alienação e separação” (Alberti, 2004, p.25).

Sonia Alberti

Professora adjunta do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IP/UERJ); Doutora em Psicologia pela Universidade de Paris X; Pós-doutora pelo IPUB/UFRJ .
Rua João Afonso 60, casa 22 – Humaitá –RJ. CEP: 22261040 Tel: 25273154 / Fax: 25275534
E-mail: alberti@uerj.br ou alberti@fcclrio.org.br

Maria Helena Martinho

Mestre no Programa de Pós-graduação em Psicanálise no IP/UERJ; psicanalista, membro de
Formações Clínicas do Campo Lacaniano – Rio de Janeiro.
Rua Gildásio Amado 55 Sala 206 – Barra da Tijuca – RJ.
CEP: 22631020 Tel: 24948505 / 99253636 / E-mail: mhmartinho@yahoo.com.br

Referências

ALBERTI, S. **O Adolescente e o Outro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

_____. **Esse Sujeito Adolescente**. Rio de Janeiro: Marca d'Água Ed., 1999 - 2ª ed..

ALBERTI, S. & POLLO, V. (org.). **Referências em Freud e Lacan sobre o Tema: Psicanálise e Educação**. Rio de Janeiro: EBP, 1996.
ANDRADE, C.D. (1930). *Alguma Poesia*. In **Reunião**. Rio de Janeiro: José Olympio, Ed., 1969.

CLAUDEL, P. **Le Père Humilié**. Paris : Gallimard, 1948.

CORRÊA, M. **Colcha de Retalhos**. Campinas: UNICAMP, 1993.

DE ROSA, M.R. **A História da Educação através dos Textos**. Rio de Janeiro: Cultrix, 2000.

FOUCAULT, M. **Surveiller et Punir**. Paris: Gallimard, 1975.

FREUD, S. (1897). **Extratos dos Documentos Dirigidos a Fliess: Carta 71**. Obras Psicológicas Completas, Edição Standard Brasileira (ESB). Rio de Janeiro: Imago, v. I, 1976.

_____. **Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade**. ESB, op. cit., v. VII, 1905.

_____. **Observações sobre um Caso de Neurose Obsessiva**. ESB, op. cit., idem, 1909.

_____. **Romances Familiares**. ESB, op. cit., idem, 1909a

_____. **Uma Criança É Espancada**. ESB, op. cit., v. XVIII, 1919.

_____. **Além do Princípio do Prazer**. ESB, op. cit., idem, 1920.

_____. **O Fetichismo**. ESB, op. cit., v. XXI, 1927.

HURSTEL, F. A Função Paterna, Questões de Teoria ou das Leis à Lei. Altoé, S.

(org). **Sujeito do Direito Sujeito do Desejo: Direito e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Revinter, 1999.

LACAN, J. **Os Complexos Familiares**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1987.

_____. **Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise. Escritos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

_____. **O Mito Individual do Neurótico**. Rio de Janeiro: Assírio e Alvin, 1980.

_____. **O Seminário, Livro 4: a Relação de Objeto**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995.

_____. **O Seminário, Livro 5: as Formações do Inconsciente**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

_____. **A Direção do Tratamento e os Princípios de seu Poder. Escritos**. Op. cit., 1958, pp. 591-652.

_____. **O Seminário, Livro 7: a Ética da Psicanálise**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

_____. **O Seminário, Livro 8: a Transferência**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1992.

_____. **O Seminário, Livro 11: os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.

_____. **Do Trieb de Freud e do Desejo da Psicanalista. Escritos**. Op. cit., 1964, pp. 865-8.

_____. **Nota sobre a Criança. Outros Escritos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003, pp. 370-1.

_____. **O Seminário, Livro 17: o Averso da Psicanálise**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1992.

_____. **O Seminário, Livro 20: mais ainda**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.

_____. **Prefácio a O Despertar da Primavera**. In **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003, pp. 557-559.

_____. **O Seminário, Livro 22: R.S.I.** (inédito).

MARTINS, F. **O Nome Próprio**. Brasília: UnB, 1991.

MILLER, J.A. Lacan sobre Wedekind: o Despertar da Primavera. **Falo, Revista Brasileira do Campo Freudiano**, n. 4/5. Salvador: Fator, 1989.

NOMINÉ, B. **O Sintoma e a Família**. Belo Horizonte: EBP, 1997.

PLATÃO. **Le Banquet**. Paris: Gallimard, 1950. Bibl. De la Pleiade.

QUINET, A. **As 4+1 Condições da Análise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

SOLER, C. O Pai Real. In **Opção Lacaniana**. São Paulo: nº. 6, 1993.

_____. **A Psicanálise na Civilização**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

_____. **L'Aventure Littéraire ou la Psychose Inspirée**. Paris: Champ Lacanien, 2001.

WEDEKIND, F. **O Despertar da Primavera**. Fotocópia da peça, arquivada sob o nº. 832.9W391.1, na Biblioteca da UNIRIO-RJ, 1891.